

Moacir Fernandes

Centro Universitário Lusiada (UNILUS).
moacir.fernandes@contrail.com.br

*Artigo recebido em agosto de 2015 e
aprovado em outubro de 2015.*

TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA APLICADA PELAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO COM FATURAMENTO SUPERIOR A R\$ 5 BILHÕES ANUAIS PARTICIPANTES DO TROFÉU TRANSPARÊNCIA 2014: ESTUDO DE CASO DA GERDAU, UMA DAS EMPRESAS GANHADORAS DO PREMIO TRANSPARÊNCIA 2014

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de identificar o nível de adesão das boas práticas de governança corporativa aplicadas pela Gerdau S/A., uma das empresas participantes do Troféu Transparência 2014, na categoria Empresas de Capital Aberto com faturamento acima de R\$ 5 bilhões. Conforme define o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, os princípios básicos de governança são: Transparência, que favorece o clima de confiança e melhora o desempenho econômico financeiro da empresa; Equidade, tratamento justo com todos os sócios; Prestação de contas, os agentes de governança prestam contas de suas atuações; Responsabilidade Corporativa, zelar pela sustentabilidade. Como vimos, são princípios de podem ser adotados em qualquer tipo de empresa, não importando seu tamanho e tampouco sua forma de constituição. O Troféu Transparência, prêmio das instituições ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN, foi criado em 1997 como incentivo à transparência corporativa no Mercado na hora de declarar as demonstrações financeiras. Certamente a aplicação efetiva das melhores práticas de Governança Corporativa pelas maiores empresas de capital aberto do Brasil estimula o mercado a exigir mais informações das empresas onde tenha interesses corporativos. Visto como um selo tradicional, oferecido por três instituições respeitadas do mercado, o Troféu Transparência é uma conquista com a qual as empresas e o mercado só têm a ganhar.

Palavras-Chave: Governança Corporativa. Prêmio Transparência.

CORPORATE TRANSPARENCY APPLIED FOR PUBLICLY TRADED COMPANIES WITH REVENUES EXCEEDING 5 BILLIONS PER YEAR, PARTICIPANTS OF 2014 TRANSPARENCY AWARDS: A CASE STUDY OF GERDAU, ONE OF THE WINNERS OF THE 2014 TRANSPARENCY AWARDS

ABSTRACT

This study aims to identify the level of adherence to good corporate governance practices applied by Gerdau S/A., one of the companies participating in the 2014 Transparency Awards in revenues exceeding 5 billions per year category. As defined by the Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Brazilian Institute of Corporate Governance - IBGC), the basic principles of governance are: Transparency, which promotes the atmosphere of confidence and improves the economic and financial performance of the company; Equity, fair treatment to all members; Accountability, with governance agents giving account of their actions; Corporate responsibility, ensuring the sustainability. As we have seen, any company, regardless of its size or way of constitution, can adopt these principles. The ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN Transparency Trophy Award was created in 1997 as an incentive for corporate transparency in the market at the time of financial statements submissions. Certainly, the effective application of the best practices of corporate governance by the largest open capital companies in Brazil stimulate the market to demand more information from companies where exists corporate interests. Seen as a traditional label, offered by the three most respected institutions in the market, the Transparency Award is an achievement with which companies and the market all stand to gain.

Keywords: Corporate Governance. Transparency Award.

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa

Rua Dr. Armando de Salles Oliveira, 150

Boqueirão, Santos - São Paulo

11050-071

<http://revista.lusiada.br/portal/index.php/ruep>

revista.unilus@lusiada.br

Fone: +55 (13) 3202-4100

GOVERNANÇA CORPORATIVA E A TRANSPARENCIA

Em qualquer instituição existe uma estrutura de governança, um conjunto de regras e procedimentos que norteiam as relações entre aqueles envolvidos diretamente no funcionamento da sociedade, os acionistas (shareholder). Porém, a Governança Corporativa é o conjunto de práticas que otimizam o desempenho de uma empresa onde ficam evidentes as preocupações com o alcance de metas e estratégias e sobretudo a criação de valor, não só para os acionistas, mas para outros interessados internos e externos (stakeholders).

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade (IBGC, 2009, p. 19)

A eficiência de um bom sistema de governança está no fato de combinar fatores tanto internos como externos para assegurar a tomada de decisão que realmente atenda às metas e objetivos traçados de longo prazo.

Este é um tema de importância crescente, por ser bem difundida a hipótese de que a estrutura de governança afeta o valor da empresa.

A questão é descobrir se existe uma estrutura de governança corporativa "melhor" ou "ideal".

Vários códigos de governança foram elaborados com esta intenção. No Brasil, destacam-se os códigos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, que em texto introdutório aponta a importância e a abrangência das melhores práticas quando aplicadas nas organizações:

Cumpre-nos informar que este Código foi desenvolvido, primariamente, com foco em organizações empresariais. Entretanto, ao longo do Código, foi feita a opção por utilizar a palavra "organização", a fim de tornar o documento o mais abrangente possível e adaptável a outros tipos de organizações, como, por exemplo, as do Terceiro Setor, cooperativas, estatais, fundações e órgãos governamentais, entre outros. É indicado que cada organização avalie quais práticas deve adotar e a melhor forma de fazê-lo, de maneira que se adapte à sua estrutura e realidade (IBGC, 2012).

"A adoção prévia de boas práticas de governança corporativa aplicáveis à gestão da companhia, como, por exemplo, a existência de um comitê de auditoria efetivo, permite a antecipação da identificação de problemas, bem como a diminuição de riscos", afirma o administrador e vice-presidente do Conselho de Administração do IBGC, Sr. Carlos Biedermann.

No Livro Governança Corporativa nas Empresas, de Edson Cordeiro da Silva, Atlas de 2012 anexa um decálogo das Melhores Práticas de Governança corporativa (BOVESPA 2005) de grande importância, que destacamos:

- 1 - A boa governança se desenvolve em torno dos princípios básicos da Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.
- 2 - Seus maiores objetivos são a criação de valor para os sócios e para os demais parceiros, a melhoria do desenvolvimento operacional e maior facilidade de captação de recursos a custo mais baixos, assegurando a perenidade da organização e atendendo aos seus objetivos econômicos, ambientais e sociais
- 3 - Os agentes da Governança Corporativa são todos aqueles que possuem interesse e responsabilidade pelos atos da sociedade. Eles incluem proprietários, conselheiros, diretores, conselheiros fiscais, auditores e demais partes interessadas.
- 4 - Deve haver clara distinção de papéis entre "propriedade" e "gestão" e a esfera de atuação de cada grupo deve estar refletida no estatuto (contrato) social e nos regimentos internos.
- 5 - O princípio de Equidade recomenda que cada ação (ou cota de capital) corresponda a um voto. Isto significa a inexistência de "capital sem voto"
- 6 - Independentemente de sua forma societária e de ser companhia aberta ou fechada, toda a sociedade deve ter um conselho de administração, eleito pelos sócios, sem perder de vista as demais partes interessadas (stakeholders), o objeto social e a sustentabilidade da sociedade em

longo prazo. Os conselheiros devem sempre decidir o melhor interesse da sociedade como um todo, independentemente da parte que os indicou ou elegeu

7 - A missão do conselho de administração é proteger e valorizar o patrimônio da companhia, bem como maximizar o retorno do investimento. Entre as competências do conselho de administração, devem-se destacar a definição da estratégia, a eleição e a destituição do principal executivo, o acompanhamento da gestão, o monitoramento dos riscos e a indicação e a substituição dos auditores independentes. O conselho da sociedade deve ser formado em sua maioria por conselheiros independentes, contratados por meio de processos formais com escopo de atuação e qualificação bem definidos.

8 - As funções de fiscalização e controle devem ser exercidas, de forma independente e integrada, pela auditoria interna, auditoria externa, conselho fiscal e comitê de auditoria. O conselho fiscal não substitui o comitê de auditoria. Enquanto este é o órgão de controle com funções delegadas pelo conselho de administração, aquele é o instrumento de fiscalização com atribuições definidas diretamente pelos sócios.

9 - Toda a sociedade deve ter um código de conduta baseado em princípios éticos, aprovados pelo conselho de administração e aplicável a todos os colaboradores e administradores. O primeiro objetivo desse código deverá ser minimizar os conflitos de interesses.

10 - Os conflitos entre sócios e entre estes e a sociedade devem ser resolvidos preferencialmente por meio de arbitragem

Vale destacar que a transparência de informações, compliance, auditoria interna atuante, Conselho de Administração ativo, sistema de remuneração aos administradores e colaboradores alinhados com os interesses da companhia e um bom plano estratégico com monitoramento da diretoria executiva são fatores internos indispensáveis para que qualquer empresa tenha longevidade.

O instrumento primordial para que a empresa se comunique com seu público interessado são, sem dúvida nenhuma, as demonstrações financeiras apuradas mediante uma contabilidade moderna e ética.

No seu livro *Contabilidade Empresarial*, o Prof. Dr. José Carlos Marion informa que “a Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para as tomadas de decisões”, logo, a contabilidade deve estar em condições de fornecer informações aos diversos públicos aos quais ele pertence, entre eles:

A - Sócios, acionistas de maneira geral, cuja preocupação é saber qual foi a rentabilidade e a segurança de seus investimentos.

B - Investidores, onde sua preocupação é analisar a situação econômico-financeira para definir e decidir o melhor investimento.

C - Administradores, diretores, onde sua preocupação é acompanhar o fluxo de informação que a contabilidade proporciona para a tomada de decisão.

D - Bancos e entidades financeiras, cuja preocupação reside no emprego dos recursos e na segurança dos retornos investidos.

E - Fornecedores, com preocupações quanto à capacidade de pagamento e com a concessão de crédito.

F - Governo, pois através das informações contábeis ele pode tributar e coletar informações para uso na análise econômica.

G - Sindicatos preocupados em determinar a produtividade do setor e reajuste de salários.

H - Pessoas físicas, que podem utilizar práticas contábeis para ajudar no orçamento doméstico (MARION,2012).

Portanto, a contabilidade como instrumento de informação, cada vez mais participa do processo decisório, tornando-se com isso uma área onde a transparência e a ética são exigidas ao extremo para que se transmita segurança e confiabilidade a estas pessoas interessadas (stakeholders).

O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC nº 774/1994, comenta no item 1.2:

O Patrimônio também é objeto de outras ciências sociais – por exemplo, da Economia, da Administração e do Direito – que, entretanto, o estudam sob ângulos diversos daquele da Contabilidade, que o estuda nos seus aspectos quantitativos e qualitativos. A Contabilidade busca, primordialmente, apreender, no sentido mais amplo possível, e entender as mutações sofridas pelo Patrimônio, tendo em mira, muitas vezes, uma visão prospectiva de possíveis variações. As mutações tanto podem decorrer da ação do homem, quanto, embora quase sempre secundariamente, dos efeitos da natureza sobre o patrimônio.

Por aspecto qualitativo do patrimônio entende-se a natureza dos elementos que o compõem como dinheiro, valores a receber ou a pagar expressos em moeda, máquinas, estoques de materiais ou de mercadorias, etc. A delimitação qualitativa desce, em verdade, até o grau de particularização que permita a perfeita compreensão do componente patrimonial. Assim, quando falamos em “máquinas”, ainda estamos a empregar um substantivo coletivo, cuja expressão poderá ser de muita utilidade, em determinadas análises. Mas a Contabilidade, quando aplicada a um patrimônio particular, não se limitará às “máquinas” como categoria, mas, dependendo das necessidades de controle poderá descer a cada máquina em particular e, mais ainda, aos seus pormenores de forma que sua caracterização evite a confusão com quaisquer outras máquinas, mesmo de tipo idêntico.

O atributo quantitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em valores, o que demanda que a Contabilidade assumira posição sobre o que seja “Valor”, porquanto os conceitos sobre a matéria são extremamente variados.

A Lei 11.638/07 determinou importantes modificações nas práticas contábeis. O principal objetivo da lei era atualizar as regras contábeis brasileiras, aprofundar a harmonização dessas regras com as normas internacionais de contabilidade, entre outras medidas:

- I - Adoção da Demonstração dos Fluxos de Caixa, em substituição à Demonstração da Origens e Aplicações de Recursos.
- II - Criação da Conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, destinado ao registro da contrapartida dos ajustes de determinados ativos e passivos a valores de mercado, inclusive aos referentes a instrumentos financeiros.
- III - Criação do grupo do ativo intangível.
- IV - Análise periódica compulsória da recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível.
- V - Ajuste a valor presente de ativos e passivos de longo prazo.
- VI - Demonstração de Valor Adicionado passa a ser elaborada e divulgada pelas companhias abertas (SILVA,2012).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), principalmente através do Regulamento que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas em segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), denominado Novo Mercado, estabelece regras diferenciadas para a listagem dessas Companhias que focam a Governança Corporativa, além de regras aplicáveis aos seus Administradores e acionistas, inclusive ao seu Acionista Controlador.

A BM&FBOVESPA poderá autorizar a negociação de valores mobiliários no Novo Mercado para a Companhia que preencher as seguintes condições mínimas:

- A - Obtenha e mantenha atualizado junto à CVM o registro de companhia aberta que permita negociação de ações ordinárias em bolsa;
- B - Tenha solicitado o registro para negociação de seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA;
- C - Tenha assinado, em conjunto com o Acionista Controlador, quando houver, o Contrato de Participação no Novo Mercado;
- D - tenha protocolado na BM&FBOVESPA os Termos de Anuência dos Administradores e os Termos de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, se for o caso, devidamente assinados;
- E - Tenha adaptado o seu estatuto social às cláusulas mínimas divulgadas pela BM&FBOVESPA, em especial a que se refere à Cláusula Compromissória;
- F - Mantenha o Percentual Mínimo de Ações em Circulação, observando, ademais, o disposto nos itens 7.3 e 8.5;
- G - tenha seu capital social dividido exclusivamente em ações ordinárias, exceto em casos de desestatização, quando se tratar de ações preferenciais de classe especial que tenham por fim

garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade do ente desestatizante, devendo referidos direitos ter sido objeto de análise prévia pela BM&FBOVESPA;
H - Não tenha Partes Beneficiárias; e
I - observe as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao Novo Mercado (REGULAMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO BM&FBOVESPA).

TRANSPARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AO MERCADO

Edson Cordeiro da Silva, em seu livro Governança Corporativa nas Empresas, comenta que o Código das melhores práticas de governança corporativa do IBGC destaca um dos princípios básicos de governança, que é a prestação de contas (accountability), onde os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.

Uma empresa que adota a transparência em suas operações, diante de uma nova regulamentação no seu mercado, busca comunicar aos seus clientes, acionistas, fornecedores e funcionários quais serão suas ações com relação às novas necessidades da companhia diante da regulamentação. Uma empresa com baixa transparência não teria este cuidado de notificar seus participantes interessados, tomando decisões de forma unilateral e furtiva.

O conceito de transparência corporativa é muito abrangente e existem divergências sobre seu escopo. Isso dificulta muito a implantação de uma política nacional ou mundial de padrões uniformes para transparência corporativa, apesar de uma série de iniciativas neste sentido.

Questões como preços dos produtos, estratégias, contratações, critérios para venda, critérios para escolha de fornecedores, são áreas de atuação das boas práticas de transparência corporativa.

TROFÉU TRANSPARENCIA 2014

Como surgiu a ideia do prêmio que reconhecesse o trabalho das empresas na busca de mais transparência em suas demonstrações financeiras? No site da Associação Nacional dos Executivos de Finanças e Contabilidade – ANEFAC encontramos:

Criado em 1997, o Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN incentiva a transparência corporativa no mercado. Com a avaliação técnica da FIPECAFI e o incentivo da Serasa Experian, a comissão julgadora avalia rigorosamente as práticas de transparência nas informações contábeis, no que diz respeito à qualidade do relatório da administração e consistência com os dados divulgados, dentre outros fatores. A seleção é feita com base nos balanços publicados no mercado.

Em 18 anos de história, o Troféu Transparência premiou empresas ganhadoras nos setores de Serviços, Indústria e Comércio. São organizações que superaram os princípios básicos na divulgação de suas informações contábeis.

Na primeira edição, o Troféu Transparência limitou-se a empresas de capital aberto em São Paulo. Um ano depois, a organização do Prêmio decidiu englobar companhias de todas as regiões do país, ganhando ainda mais repercussão, com dez finalistas.

Ao longo dos anos, demonstrações com valor agregado, balanço social e fluxo de caixa passaram a fazer parte das informações prestadas por um grande número de empresas e não apenas das melhores demonstrações indicadas. Na 8ª edição, pela primeira vez, o Troféu Transparência teve duas categorias de premiação: empresas de capital aberto e empresas de capital fechado. Em 2006, o evento completou 10 anos premiando essas duas categorias.

Diante das desafiantes mudanças nas práticas contábeis, o Troféu Transparência - Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN acompanha o desenvolvimento dos balanços adotados ao longo de sua história, incentivando a excelência na prestação de contas do empresariado brasileiro.

O slogan “Quanto mais transparente, mais valiosa” resume o grande objetivo de todos os participantes deste prêmio, pois ele é visto como um selo de reconhecimento aos objetivos alcançados.

Foram ganhadoras do Troféu Transparência 2014 / Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC)

Empresas de Capital Aberto, Faturamento acima de 5 bilhões: AES Eletropaulo, Braskem, CEMIG, CSN, EMBRAER, GERDAU, Petrobras, SABESP, USIMINAS, Vale. Faturamento até 5 bilhões: BM&FBOVESPA, CELPE, EDP – Bandeirante, Guararapes Confeções, Hypermarchas, Localiza Rent a Car, Mahle Metal Leve, Marcopolo, Taesa, Tractebel. Categoria Capital Fechado: Aché, Eletrobras Furnas, Embasa, GRU Airport.

A GERDAU S/A

A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. Recentemente, passou também a atuar em dois novos mercados no Brasil, com a produção própria de aços planos e a expansão da mineração de ferro, iniciativas que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade de suas operações. Com mais de 45 mil colaboradores, a Gerdau possui plantas industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço por ano. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Com mais de 120 mil acionistas, as ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. Através de seu compromisso histórico com as boas práticas de governança corporativa, o Grupo Gerdau assegura sua competitividade no ambiente global da siderurgia e sua atuação responsável com Clientes, Acionistas, Colaboradores, Comunidades e Ambiente.

Abaixo destaca-se o processo produtivo através de um fluxograma que representa duas formas de processo: semi-integrada (mini-mill), que representa 75% do negócio, e usina integrada (alto-forno), que representa 25% do negócio.



A GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA A GERDAU

Difundida como uma crença corporativa, a transparência e o respeito com todos os públicos marca e se enraiza por toda a instituição em qualquer relação onde houver contato com pessoas e empresas. Este espírito norteia todas as relações, estando presente nas Diretrizes Éticas do Grupo Gerdau, herdadas através da história da empresa ao longo dos seus mais de 114 anos de existência. No site institucional da Gerdau encontramos a razão do sucesso do grupo, a Governança Corporativa e destacamos:

A Gerdau possui uma sólida estrutura de governança, cuja conduta segue os valores centenários da Companhia. No dia a dia dos negócios, isso se reflete na capacidade de construir novas oportunidades de negócios e, ao mesmo tempo, gerar rentabilidade diferenciada, seguindo os princípios de transparência e respeito com seus públicos de interesse – clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e comunidades.

Atualmente, a Gerdau possui três empresas de capital aberto – Gerdau S.A., Metalúrgica Gerdau S.A. e Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A. (Siderperu). As ações da Gerdau S.A. são negociadas na BM&FBOVESpA (São paulo), na New York Stock Exchange (NYSE) e na Bolsa de Madrid (Latibex). por atuar no mercado de capitais dos Estados Unidos, a Gerdau S.A. segue os requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), a qual estabelece boas práticas de governança corporativa, bem como um rigoroso controle sobre os processos internos. Já a Metalúrgica Gerdau S.A. negocia seus papéis na BM&FBOVESpA (São paulo) e a Siderperu atua na Bolsa de Valores de Lima.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo Gerdau se estruturou para ter um bom sistema de governança, que combine fatores tanto internos como externos para assegurar a tomada de decisão que realmente atenda às metas e objetivos traçados de longo prazo:

A definição das estratégias de longo prazo da Empresa é atribuição do Conselho de Administração da Gerdau S.A., que também monitora a execução das políticas por ele estabelecidas. Além de nomear os integrantes do Comitê Executivo Gerdau (CEG), o órgão toma decisões sobre temas relevantes que dizem respeito aos negócios e às operações. Os nove conselheiros, incluindo representantes externos, reúnem-se entre oito e dez vezes ao ano. Em suas atividades, são assessorados pelos Comitês de Estratégia, de Governança Corporativa, de Remuneração e Sucessão e de Riscos.

O Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A., por sua vez, é formado por 11 membros, dos quais nove também atuam no Conselho de Administração da Gerdau S.A. O período de mandato dos conselheiros, em ambas as empresas, é de um ano, com possibilidade de reeleição.

A estrutura de governança corporativa abrange ainda os conselhos fiscais da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A., que monitoram e fiscalizam os atos dos administradores, além de manifestar opinião e emitir pareceres sobre as demonstrações financeiras. Em cada uma das empresas, os integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são indicados pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A gestão corporativa da Gerdau é executada pela Diretoria, cujo Comitê Executivo Gerdau (CEG) está constituído por um Diretor-presidente e seis Diretores Vice-presidentes. O CEG coordena e supervisiona as Operações de Negócio e os processos Funcionais em conformidade com as políticas fixadas pelo Conselho de Administração. Para isso, conta com o apoio de subcomitês estabelecidos de acordo com critérios de especialização.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Como o Grupo Gerdau vê sua atuação na gestão de risco:

Um estruturado sistema de gestão de riscos monitora todas as variáveis internas e externas que possam impactar o negócio e a eficiência operacional da Gerdau. Esse sistema é constantemente atualizado, sendo que em 2013, por exemplo, sob orientação do Comitê de Riscos, foram desenvolvidos estudos sobre os riscos decorrentes da expansão das atividades na área de mineração.

Além disso, a Gerdau possui um rígido sistema de compliance, o qual garante o cumprimento da legislação em vigor em todos os países em que a Companhia opera, bem como detecta e trata

qualquer possível desvio ou inconformidade que possa ocorrer em relação à política interna da Empresa.

AUDITORIA INDEPENDENTE

As demonstrações financeiras das empresas de capital aberto são submetidas regularmente à auditoria externa. A Gerdau S/A não foge à regra. Em caso de contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto a auditor independente, a companhia baseia-se em princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO ANUAL 2013

O Relatório Anual 2013 da Gerdau possui 49 páginas cujo tema é a Força da Transformação que destaca:

Uma força que abre novos caminhos é o que move a Gerdau. Ela se manifesta na sua capacidade de superar desafios, transformar e ampliar negócios, reciclar milhões de toneladas de sucata, produzindo aço de qualidade. Essa força acompanha a Gerdau desde a sua origem, em 1901, com a fundação de uma pequena fábrica de pregos. Atualmente, a Gerdau é líder em aços longos das Américas e uma das maiores fornecedoras de aços especiais do mundo, com operações industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, somando mais de 25 milhões de toneladas de capacidade instalada anual. Recentemente, a Empresa passou também a atuar em dois novos mercados no Brasil, com a produção própria de aços planos na usina Ouro Branco (MG), e a expansão das atividades de minério de ferro.

É com essa força que a Gerdau também consolida, a cada dia, uma relação de respeito, transparência e ganhos mútuos com seus clientes, fornecedores, comunidades, acionistas e com seus mais de 45 mil colaboradores no mundo. Ela também ajuda a tornar os sonhos das pessoas realidade, à medida que seus produtos participam da construção de residências e de grandes obras de infraestrutura, como escolas, hospitais, pontes, hidrelétricas e rodovias, além de estarem presentes em automóveis, caminhões, torres de energia eólica, entre outros. Também contribui para o desenvolvimento das comunidades, por meio do apoio a mais de 900 projetos sociais no mundo. E a Gerdau acredita que é essa força de transformação que a permite, hoje e no futuro, ser uma empresa cada vez melhor.

Desta maneira, a comunicação e o desejo de transmitir o maior número de informações ao seus públicos tornam evidente onde o leitor pode encontrar vários dados, começando pelos principais indicadores financeiros, ambientais e operacionais e, continuando ao longo de suas páginas, analisar outros aspectos, como a Mensagem do Presidente do Conselho de Administração, a Mensagem do Diretor-presidente, os itens de Governança Corporativa, já destacados anteriormente, as Estratégias e diferenciais competitivos, os Negócios, o Desempenho das operações, o item de Finanças, os Relacionamentos, os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Sociedade, Meio ambiente, Linha do tempo e por fim as Demonstrações financeiras resumidas.

Percebe-se grande preocupação em informar de forma clara e com o maior grau de transparência possível a real situação da empresa e seu mercado.

Destacamos, para ilustrar o espírito empreendedor do Grupo Gerdau, a mensagem do Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho de Administração:

Tenho confiança na força e na capacidade da Gerdau de agir diante dos desafios de um mercado que está em constante transformação, criando as condições necessárias para aumentar a eficiência de nossas operações.

Destacamos também a mensagem do Diretor-Presidente da Gerdau, Sr. André B. Gerdau Johannpeter:

Ao mesmo tempo em que vivenciamos as adversidades decorrentes do cenário econômico mundial, ampliamos de forma expressiva nossa atuação no Brasil, com o início da produção de aços planos e a expansão das atividades de mineração.

CONCLUSÃO

Se as empresas brasileiras continuarem nesse caminho e adotarem as práticas de Governança Corporativa como instrumento sólido de gestão, estaremos sem dúvida em um momento de grande crescimento e prosperidade.

Percebe-se a adesão da Gerdau às melhores práticas de Governança Corporativa e a importância que a empresa dá à transparência ao informar seu público de interesse. Sem dúvida, quanto mais transparente a empresa for, mais claro fica para os investidores avaliarem o grau de risco de seus investimentos e a taxa de retorno que ela poderá propiciar.

Vale destacar, como escreveu Luiz Carlos Cabrera para o livro *O futuro da Governança Corporativa: desafios e novas fronteiras*

O desafio da complexidade moderna dos negócios e a enorme pressão globalizadora, aliados às profundas transformações socioeconômicas que nosso País atravessa, estão exigindo muito das nossas organizações, independentemente do seu tipo de controle acionário, da origem de seu capital e do seu modelo organizacional. Neste momento, o estudo e a prática de uma moderna governança corporativa ocupam uma posição invejável no repertório das soluções que as organizações podem adotar para perenizar-se, melhorar sua competitividade, melhorar sua lucratividade, sustentar seu crescimento e exercer a plenitude de sua responsabilidade social (FONTES FILHO; LEAL, 2013).

André Pires de Oliveira Dias, Vice-Presidente Executivo de Finanças, Controladoria e Relações com Investidores da Gerdau S/A., quando da entrega do Troféu Transparência 2014, comentou

A Gerdau aposta na Internet como um dos principais instrumentos de comunicação entre a empresa e o mercado. A Gerdau é referência na comunicação com o Mercado de capitais, tendo recebido diversos prêmios quanto à qualidade dos seus informativos aos investidores, especialmente o site na internet muito premiado. É uma prática que ajuda principalmente no relacionamento que temos com nossos 120.000 acionistas ao redor do mundo, sendo 90% pessoas físicas. O Troféu Transparência renova o compromisso da companhia em alcançar níveis de excelência perante seus públicos.

Fica claro que os códigos e os princípios de governança corporativa evoluem, as empresas precisam a cada dia de mais recursos para sua sustentabilidade e, sem dúvida, a transparência das demonstrações como fonte de relacionamento com o mercado cada vez mais globalizado exigirão mais e mais das empresas.

REFERÊNCIAS

- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (Bovespa). Novo mercado e níveis 1 e 2 de governança corporativa. 2001. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br> Acesso em setembro 2014
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Recomendações da CVM sobre governança corporativa. 2002. Disponível em: <http://www.cvm.org.br>. Acesso em setembro 2014
- FONTES, JOAQUIM RUBENS FILHO.; LEAL, RICARDO PEREIRA CAMARA, *O Futuro da Governança Corporativa: desafios e novas fronteiras*, Editora Saint Paul, 2013

GERDAU S/A. Disponível em: <http://ri.gerdau.com/static/ptb/estrutura-governanca-corporativa.asp?idioma=ptb>

GERDAU S/A. Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/relatoriogerdau/2013/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA-IBGC Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4 ed. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC.2009. Disponível em <HTTP://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx> Acesso em agosto 2014.

LEI Nº 11.638/2007 – Demonstrações Contábeis, convergência e adequação da contabilidade brasileira das empresas para o modelo internacional IFRS Vigência a partir 2010.

MARION, Jose Carlos, Contabilidade Empresarial, 16ª Edição, Atlas 2012.

SILVA, EDSON CORDEIRO DA, Governança Corporativa nas Empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores, Editora Atlas, 2012

TROFEU TRANSPARENCIA 2014-ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN – Disponível: <HTTP://www.anefac.com.br/trofeutransparencia.aspx> Acesso em stembro 2014